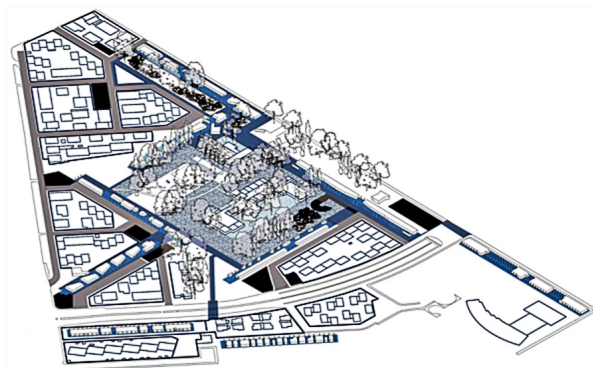


_editorial



A analogia da grandiosa, mirabolante ou espetacular arquitetura que se pratica hoje – também chamada de arquitetura de grife, de marca ou icônica – com o consagrado texto conceitual de Guy Debord sobre a *sociedade do espetáculo* é quase protocolar. Debord (1996 [1967]) já havia denunciado o rumo que tomara o desenvolvimento humano no pós-guerra. O progresso das tecnologias de transporte e de comunicação e a linha de produção fordista só contribuíram para a total alienação de todos: domínio total da mercadoria. Depois, diante do avanço também espetacular do neoliberalismo e da globalização, a popularização da arte e da cultura, num formato mercantil e para esse fim, foi ferramenta fundamental nesse processo. O espetáculo, em suas variadas formas – assim transformado em mercadoria –, tomou conta das mentes das pessoas de tal maneira a se tornar parte do cotidiano. É natural, esperado e desejado o consumo de tudo e mais um pouco, e a necessidade desse consumo não tem por base unicamente as qualidades intrínsecas dos produtos, mas também o consumo pelo consumo e tudo o que isso significa. Fredric Jameson (2003 [1991]) elaborou complexo arsenal conceitual para explicar essa transformação, denominando-a “virada cultural”. Colocar tal discussão no contexto do desenvolvimento urbano contemporâneo é assumir uma postura acadêmica crítica; é partir do pressuposto de que, se Debord e, depois, Jameson estavam certos, a produção do espaço cotidiano contemporâneo é deveras alienante: trata-se da produção do espetáculo, do total domínio do mundo da mercadoria, da forma mais sofisticada de alienação. Tal produção tem, portanto, de ser analisada, revestida da ideia de que há interpretações diversas possíveis, diferentes ângulos de onde mirar e observar.

Figura: Bairro Harar-Dessiè, INA-Casa - estudo das conexões do espaço público urbano. Fonte: Politecnico di Milano, AUIC School, Architectural Preservation Studio, prof. Andrea Canziani (2017).

O papel da arquitetura e do urbanismo contemporâneos na construção ou não de uma cidade alienante – a cidade do espetáculo – é, assim, tema urgente e de suma importância. Lefebvre (1978 [1970]; 2003 [1970]) foi implacável ao denunciar o papel alienante do urbanismo oficial no cotidiano da cidade, num tempo e num contexto em que os arquitetos e demais técnicos operavam de dentro das instituições públicas e

implementavam os seus projetos de cima para baixo. Tal quadro pode até ter mudado enfaticamente, mas não necessariamente para melhor, sendo agora o “mercado”, essa coisa invisível e abstrata, o principal regente das transformações urbanas, não obstante os esforços de movimentos sociais diversos na busca por participação e direitos no processo de produção da cidade. A produção do espaço urbano é hoje o resultado de centenas de pequenas, médias e grandes ações, de iniciativa de atores/agentes públicos e privados, muito ainda organizadas em função da disponibilidade e da estrutura da propriedade fundiária e imobiliária e, principal e crescentemente, em particular nas grandes cidades, em função dos interesses do capital financeiro. Não é à toa que as possibilidades do uso e da ocupação da terra nas cidades encerram hoje, no mundo todo, grandes disputas entre os interesses (do) público e privado.

Uma vez estabelecidas as regras, pouco a pouco – às vezes com mais ou menos intensidade, a depender dos ups and downs do mercado –, a cidade recebe novos investimentos imobiliários, infraestruturas, serviços etc. Muitos desses investimentos, inclusive os infraestruturais, contam hoje com sofisticado design por consagrados arquitetos-estrelas ou outros emergentes. Há situações em que é fácil pressentir que há algo estranho no ar e é até possível ver com clareza a origem do problema; em muitas outras situações, no entanto, é difícil perceber essa mesma clareza no processo e estabelecer categoricamente se intervenções arquitetônicas e urbanísticas – ou quais delas – vieram para o bem ou para o mal, ou seja, se cumprem seu papel social, artístico, histórico e cultural ou se visam apenas ao lucro e ao enriquecimento fácil e imediato de seus agentes articuladores. Afinal, a arquitetura é uma arte/disciplina/ofício/linguagem que visa ao bem da humanidade. Será?

A arquitetura pode ou não servir a uma função social; pode ainda ser intencionalmente realizada para servir a uma função e ser resignificada para uma outra. A ideia do bem e do mal é, em muito, subjetiva e cabe a cada um ter a sua própria percepção sobre essa matéria. É esta mesma a função da arte – questionar e ser questionada, fazer pensar, revolucionar – e a arquitetura é, segundo muitos estudiosos dizem (e acreditamos neles), a mãe de todas as artes (ver, por exemplo, Goldberger, 2009). Em *Spaces of hope*, Harvey (2000), que é um aclamado geógrafo crítico, após analisar o que chama de “espaços da utopia”, retoma a conhecida fábula de Marx sobre o “arquiteto e a abelha”, na qual é desenvolvida a ideia de que o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de o primeiro elaborar uma estrutura na imaginação antes de realizá-la na concretude da realidade (p. 200). Tal atributo do ser-arquiteto é o que distingue o trabalho humano: o trabalhador, como esse profissional, preconcebe a transformação da realidade tendo como objetivo uma determinada função ou valor de uso. O processo do trabalho sob o capitalismo visa transformar todo trabalhador num híbrido, uma espécie de trabalhador-abelha, um que produz automática e repetidamente sem ter muito sobre o que pensar. O valor de uso torna-se apenas o pano de fundo para o valor de troca. E é a função do pensamento crítico se opor a esta objetificação do trabalhador.

A analogia de Marx, porém, serve também para outros propósitos. A função do arquiteto é pensar os objetos que projeta (um edifício, uma rua, uma cidade, uma urbanização etc.) em antecipação à sua construção. Isso permite, inclusive, que suas ideias e propostas sejam discutidas, verificadas, questionadas e revisitadas por outros atores sociais e por outros profissionais. Mas é a capacidade de antecipar o que,

depois, virá se tornar um objeto concreto a principal característica a ser exaltada aqui. Só que isso não é tão simples quanto parece. Muitos problemas da sociedade contemporânea já teriam sido resolvidos se a resposta social às soluções apresentadas pelos arquitetos (e por outros profissionais da cidade) fosse aquela pensada por eles. A sociedade é muito mais complexa como também o é a relação dos edifícios com a cidade. A produção do espaço, embora se dê de forma continuada, requer tempo. Um objeto arquitetônico qualquer, uma vez produzido, possivelmente terá uma duração que pode ir muito além da necessidade de sua utilização (função) como a ele originalmente atribuída. As relações de propriedade podem também determinar mudanças no próprio objeto já construído e, principalmente, em sua utilização. Trata-se da perpétua criação, destruição e recriação do capital.

Harvey (2000) insiste em dizer que, num mundo desigual, sob a batuta do capital, não vale a pena viver sem utopia. Discute criticamente o que chama de utopias de forma espacial (como as cidades-jardim e os condomínios fechados etc.) e utopias de processo (como o socialismo, a social-democracia e o neoliberalismo). Enquanto as primeiras buscam criar uma certa estabilidade social por meio de uma forma espacial fixa – ou seja, aqui o espaço atua como um invólucro para as ações sociais –, as segundas têm o seu alcance condicionado ou limitado por estruturas institucionais, sociais, culturais e físicas já existentes, que, por sua vez, impõem a fixidez e a imobilidade. Harvey explica que, não interessando as boas intenções de quem as idealizou e as propôs, as utopias são sempre deturpadas por interesses específicos, os quais, sob o domínio do capital, transformam tudo em mercadoria. Ele, então, sugere uma outra forma, o utopianismo dialético ou espaço-temporal, considerando o melhor e o pior das experiências utópicas propostas e analisadas. A fim de que qualquer utopia desse tipo seja colocada em prática, explica ele, é necessário realizar profundas mudanças nas (ou a destruição das) estruturas institucionais, políticas, sociais e físicas do capital, que foram constituídas ao longo dos últimos séculos. Para tal, é também necessário que todos nós passemos por uma transformação, que todos nós nos transformemos em agentes ativos de transformação – o que chama de “arquitetos insurgentes” – e que mudemos o mundo ao mesmo tempo em que mudemos a nós mesmos. Afinal de contas, seja lá o que e como for, *space matters!* E se não é papel da arquitetura transformar as estruturas fundamentais da sociedade, sem arquitetura tal transformação também não é possível. Para Norman Foster (2019), o futuro pode ser animador. Às vezes, esquecemos que, muito do que parecia impossível, e até estava fora do imaginário possível de pensar quando éramos crianças, é hoje realidade. Aconteceu por meio de processos de inovação e com a ajuda das novas tecnologias num processo progressivo e cumulativo. Então, podemos continuar sonhando com uma vida/cidade melhor. Para isso, precisamos ter o desejo de criar algo. Esse desejo é o combustível da mudança.

Quanto à arquitetura, a cidade contemporânea é uma cidade mista e desigual. Há nela componentes “espetaculares”, como indicado no início deste editorial, e há nela o que Rem Koolhaas (1995) denominou “cidade genérica”. Para simplificar uma longa discussão, a cidade genérica é composta por edifícios genéricos, que não criam uma distinção própria para a cidade, ou seja, poderiam estar em qualquer lugar. A paisagem da cidade genérica pode ser a de qualquer cidade. Ampliando o universo tratado por Koolhaas, em cidades terceiro-mundistas, há outros tecidos urbanos, como as favelas, que lhes são próprios e que, a não ser por diferenças climáticas e de disponibilidade

de materiais, em muito se parecem entre si na sua forma orgânica e quase sempre irregular de organização e disposição no território.

Este número especial da Revista RISCO trata de temas dentro da discussão sobre a cidade do espetáculo. Há muitas outras questões possíveis de serem tratadas acerca da cidade contemporânea, de sua arquitetura e de seu urbanismo, mas aqui foi estabelecido esse recorte. São seis textos, cada qual com suas especificidades; uns mais, outros menos, dialogam entre si.

O trabalho de Lorena Petrovich Pareira de Carvalho, “Grifes arquitetônicas no século XXI: caracterização do star system contemporâneo”, discute o perfil de alguns dos grandes e mais prestigiados escritórios de arquitetura no mundo atual. São 50 arquitetos e arquitetas em 37 escritórios, que são analisados quanto à sua formação acadêmica, identificando as principais universidades de origem; à sua atuação acadêmica, já que muitos também se dedicam ao ensino; à trajetória profissional, verificando a formação de parcerias e escritórios no passado; às influências que sofreram, discutindo tutorias; à abrangência internacional da atuação dos seus escritórios, identificando os países onde atuam/atuaram; aos concursos que ganharam; aos principais e mais importantes prêmios que receberam. Outras informações como idade/geração, nacionalidade, gênero etc. estão também presentes no estudo. Na lista dos profissionais analisados estão, entre outros, Jean Nouvel, Bjarke Ingels, Peter Eisenman, Norman Foster, Frank Gehry, Herzog & de Meuron, Rem Koolhaas, Renzo Piano, Richard Rogers, Santiago Calatrava, Daniel Libeskind e Zaha Hadid. Por fim, a autora conclui que os escritórios analisados têm obtido destacado sucesso por desenvolver uma linguagem única para cada edifício que desenham/constróem, utilizando as mais recentes tendências e possibilidades tecnológicas disponíveis. Associada ainda ao sucesso desses escritórios, há uma série de outros fatores, tais como um marketing próprio, a inserção no mundo dos concursos e das premiações, a circulação nos meios acadêmicos.

Yuri de Souza Duarte contribui com o artigo “Arquitetos contemporâneos da Escola do Porto: uma análise panorâmica nas obras de arquitetos portugueses de diferentes gerações”. A Escola do Porto pode ser entendida de duas formas: pode ser a própria escola de arquitetura da Universidade do Porto ou pode ser a designação atribuída a um grupo de arquitetos que, através de décadas, tem também seguido certas tendências e princípios em suas práticas profissionais. Uma de suas características é a incorporação de atributos da arquitetura popular portuguesa ao projeto modernista. A designação Escola do Porto está, assim, associada ao trabalho seminal de Fernando Távora e de seus discípulos, os renomados arquitetos Álvaro Siza Vieira e Eduardo Souto de Moura. São membros de três gerações que estabeleceram uma relação de tutoria e que trabalharam juntos em várias oportunidades. A proximidade entre os três permitiu que cada um deles ocupasse um andar de um edifício de escritórios na cidade do Porto, desenhado para esse fim por Siza Vieira. São também apresentados projetos de João Carrilho da Graça, dos irmãos Nuno e José Mateus, dos irmãos Manuel e Francisco Nuno Aires Mateus e de Nuno Brandão Costa. O artigo traz um panorama geral da obra desses arquitetos, complementado com a análise da influência que tiveram nas obras de outros arquitetos, em particular os mais jovens.

No trabalho “Aprender a reutilizar a modernidade: o desafio para o ensino da arquitetura”, Gonçalo Canto Moniz, Carolina Quiroga e Andrea Canziani apresentam

um estudo comparativo experimental, realizado com seus alunos em disciplinas de ensino de projeto de arquitetura, em suas respectivas instituições de ensino (Universidade de Coimbra, em Portugal; Universidad de Belgrano, na Argentina; e Politecnico di Milano, na Itália). São três experiências didáticas independentes, que visam valorizar o patrimônio modernista – que, no geral, encontra-se em degradação e, em alguns casos, até em desuso –, tentando avançar em ações de conservação e reutilização adaptativa. O propósito é trabalhar com edifícios comuns, não com monumentos, e abandonar a ideia de musealização, compreendendo os seus antecedentes históricos e tentando apreender como esses edifícios contribuem para a memória coletiva dos bairros/cidades onde estão. No caso português, é analisado um edifício escolar, em busca de uma melhor integração com o seu entorno. É utilizada uma metodologia participativa, em que os próprios usuários da escola, crianças, participam do projeto por meio de vários instrumentos metodológicos. O caso argentino tem foco na adaptação de uma casa individual para novo uso como escritório. E o caso italiano tem por objetivo a revitalização de um conjunto habitacional. Todos os trabalhos são realizados em equipe, abrindo espaço para reflexão crítica e experimentação.

O trabalho, intitulado “Membranas urbanas: a cena e o cenário da cidade”, de autoria de Nilberto Gomes de Souza, discute como os vários elementos constituintes da morfologia urbana – como traçado urbano, vias, calçadas, arborização, jardins, edifícios, entre outros – são dispostos em novos arranjos na cidade contemporânea. Os elementos possuem naturezas diversas e exercem papéis diferentes. E, embora tenham duração longa, esta também varia para cada elemento. Assim, ao analisar a disposição e as características de cada elemento, é possível posicioná-los no tempo e verificar suas rupturas e continuidades. Os elementos são periodicamente renovados em função da transformação dos espaços públicos, o que significa que isso também ocorre para atender às necessidades econômicas do dia. A interação entre os elementos do espaço público (calçadas, vias etc.) e os do privado (fachadas, áreas de transição e ambientes internos contíguos à rua) é chamada pelo autor de “membrana urbana”. Ao propor tal abordagem, e sob o ponto de vista do desenho urbano, o autor avança na análise das novas lógicas de transformação do espaço público nas últimas décadas. Este exercício permite ver além da bidimensionalidade do desenho em planta, que apresenta traçados e disposições de elementos sem observar como espaços públicos e privados se constituem potencialmente como espaços contínuos. A metáfora da membrana também permite intuir que há uma unidade e, ao mesmo tempo, uma permeabilidade seletiva nessa relação.

Ricardo Alexandre Paiva contribui com o artigo “Megaeventos: a arquitetura do espetáculo e o espetáculo da arquitetura”. O trabalho apresenta o potencial da arquitetura de transformar-se em imagem e espetáculo, em particular no contexto midiático dos megaeventos. Transforma-se, com certa facilidade, em elementos identitários e icônicos – símbolos de distinção que legitimam a expressão do poder, a ideologia dominante e o controle social. Feiras/exposições internacionais, competições esportivas, como a Copa do Mundo de futebol e as olimpíadas modernas, e outros eventos culturais são oportunidades para celebração do espetáculo em que novas estruturas físicas são necessárias, potencializando o papel da arquitetura. Além disso, os megaeventos em si constituem grandes negócios, oportunizando a obtenção de grandes lucros. A argumentação fundamenta-se nos conceitos marxistas de alienação e de fetichismo da mercadoria, associados à ideia de mercantilização da cultura. O autor

explica que, no contexto atual, a realização dos megaeventos, em muito realizados pela iniciativa privada (mas quase sempre com muitos recursos públicos), está associada ao aprofundamento do neoliberalismo. Enfatiza a relação dialética entre o espetáculo da arquitetura e a arquitetura do espetáculo na concepção/produção do “edifício-evento”. Nesse sentido, é crucial que a arquitetura produza uma experiência sensorial e sedutora, apresentando um espetáculo de formas complexas e diferenciadas.

Fechando a coletânea, Fernanda Ester Sánchez Garcia, Bruna da Cunha Guterman, Paula Laiber Mendes de Oliveira, e Francisco do Rosário Alexandre de Azevedo contribuem com o artigo “Cidade (in)visível, cenas e cenários para o espetáculo no Rio de Janeiro olímpico”. No texto, elas discutem sobre as transformações urbanas idealizadas e realizadas na cidade para os Jogos Olímpicos Rio 2016. O projeto teve por base a promoção da cidade por meio de dispositivos midiáticos – branding e city marketing – e do desenvolvimento de uma economia “simbólica”, com renovação urbana e produção de edifícios esportivos, culturais e de escritórios, e de espaços públicos espetaculares, nos quais a arquitetura e o urbanismo tiveram papel de destaque. A resignificação dos lugares afetados por esses empreendimentos – que impuseram rupturas culturais e identitárias – não buscou dialogar com a história, a tradição e as necessidades das comunidades já existentes no território. Isso é evidenciado na análise do caso do Porto Maravilha, com a produção de “iscas culturais”, como museus, a escavação do Cais do Valongo e até o trajeto do novo VLT. Cenas e cenários urbanos foram, assim, evidenciados por meio de narrativas visuais com utilização de fotografia e do posicionamento de equipamentos desportivos e turísticos e dos espaços públicos. A seletividade exacerbada visava à obtenção de imagens positivas da cidade. A natureza da produção da cidade olímpica é, assim, discutida criticamente. Todo o projeto visava melhor adequar o território às necessidades e práticas do grande capital, acrescentando nova camada de modernização em busca de padrões globais.

Em suma, os seis artigos – gerados independentemente – têm alguns atributos em comum ao apresentarem posicionamentos críticos à cidade espetacular e à utilização da arquitetura icônica nesse contexto. O texto de Lorena talvez seja o mais descritivo, porém rico em detalhes sobre as práticas contemporâneas dos arquitetos mais prestigiados no mercado internacional. O de Yuri disserta sobre a influência de três arquitetos – de três gerações –, dois dos quais são ganhadores do Prêmio Pritzker, na arquitetura portuguesa contemporânea. Talvez, hoje, essa influência esteja se diluindo num contexto de europeização e internacionalização intenso, mas o mérito da abertura da arquitetura portuguesa para o mundo não pode ser retirado de Távora, Siza Vieira e Souto de Moura. Gonçalo, Carolina e Andrea discutem temas fundamentais para a arquitetura contemporânea: o que fazer (e como) para revitalizar/reutilizar a arquitetura modernista, com algumas estruturas já em estado de decadência física e desuso; e como isso deve ser abordado nos cursos de arquitetura. Nilberto traz uma abordagem do desenho urbano para mostrar que a arquitetura e o urbanismo contemporâneos agora utilizam ou podem utilizar “membranas” para colocar em diálogo os espaços público e privado. Ricardo faz uma crítica contundente à arquitetura como espetacularização e como expressão de pujança econômica e de poder, enquanto Fernanda, Bruna, Paula e Francisca analisam criticamente o papel da arquitetura e da fotografia no *branding/city marketing* do Rio de Janeiro, durante o grande projeto urbano de sua transformação em cidade olímpica.

A expressão *arquitetura contemporânea* é uma metáfora para um conjunto amplo e diverso de experiências no campo da arquitetura e do urbanismo. Essa diversidade também se reflete nos termos que atualmente descrevem ou classificam a arquitetura, como neomodernismo, supermodernismo, desconstrutivismo, *high-tech*, historicismo, nova arquitetura, blobismo, entre outros. Ela expressa diversas linguagens, abordagens, escalas e experimentações, que foram permitidas com a introdução de novas tecnologias na construção civil e na própria prática do projeto com as tecnologias digitais (Valença, 2016). É também o produto da própria transformação da disciplina, de suas fissuras internas e do surgimento de novos paradigmas. Dessa forma, talvez as palavras que melhor definam o estado da disciplina hoje sejam aquelas reclamadas por Venturi (1966): complexidade e contradição. Esta coletânea de artigos visa ampliar (e não encerrar) a discussão em torno do tema “arquitetura, urbanismo e cidade do espetáculo”.

Além destes ensaios que compõem o núcleo temático desta edição da *Risco*, dedicada às relações entre arquitetura, urbanismo e cidade do espetáculo, mais quatro artigos e uma resenha fecham o último número de 2019.

Afeito ainda à dimensão histórica da cidade, mas agora a partir da percepção do lugar dos saberes técnicos e científicos, ou pretensamente científicos, como instrumento de política de exclusão racial sobre o espaço urbano, temos o artigo “Espaço Urbano e Racismo no Pós-Abolição em São Carlos/SP”, de Joana D’Arc de Oliveira e Maria Angela P.C.S. Bortolucci. Conforme defendem as autoras, entre o final do século XIX e o começo do século passado, as políticas higienistas e sanitaristas, aplicadas sobre o espaço da cidade de São Carlos funcionaram como instâncias operativas voltadas a promover a manutenção da exclusão e marginalização de homens e mulheres “de cor”, negros e negras antes submetidos pela escravidão, do projeto de uma “cidade salubre” concebida em conformidade com os preceitos de um racismo científico disseminado entre as elites brasileiras na segunda metade do século XIX, à medida que o aparato escravagista perdia sentido e viabilidade política e econômica.

Em seu artigo “Descaracterização no patrimônio eclético de Pelotas/RS: conceitos e proposta de método de análise”, Juliana Cavalheiro Rodrighiero e Ana Lúxia Costa de Oliveira detêm-se numa reflexão, com claros fins operativos, sobre as implicações práticas das ações de descaracterização no entorno dos exemplares arquitetônicos remanescentes da produção eclética na cidade gaúcha, dada sua representatividade e importância histórica na paisagem urbana, e sua condição de obras com salvaguarda assegurada pela legislação patrimonial. Conduzindo a uma espécie de “inventário” dos danos já constatados, numa denúncia das perdas de qualidades que afetam diretamente a dimensão cultural do fato arquitetônico, as autoras repõem o significado da arquitetura como fato histórico numa realidade contemporânea que parece antes cultivar o efeito do “sempre novo”, a despeito do que isso seja, e a necessidade premente de defesa daquelas partes e elementos da cidade sujeitas aos desígnios mais imediatos do consumo como mera mercadoria.

A partir da recuperação e análise de um documento específico, as Normas básicas para concurso de arquitetura, proposto pelo IAB de São Paulo, Fabio Landucci Bolugli e Ana Maria Reis de Goes Monteiro voltam a se debruçar sobre o caso dos concursos para o Paço Municipal de São Paulo entre os anos 1930 e 1950, em seu texto “O Paço Municipal de São Paulo e as ‘Normas Básicas para Concurso de Arquitetura’”. De

uma perspectiva historiográfica, observam a formulação desse documento através de publicações periódicas de época, como evidência do empenho da categoria profissional de arquitetos em formular diretrizes para a realização de concursos públicos em arquitetura e urbanismo.

Já em “Design ativo aplicado à experiência dos pedestres com calçadas na cidade de Santo Ângelo”, Aline Freitas Meotti, Fabrício Farias Tarouco e Leandro Miletto Tonetto investigam os efeitos de um desenho qualificado das calçadas, na perspectiva do design ativo, na vida urbana à escala dos pedestres, tomando como campo de análise a cidade gaúcha de Santo Ângelo. Ressoando discussões sobre os critérios que podem conduzir a uma melhoria da qualidade de vida nas cidades, tópico recorrente na reflexão sobre as cidades há décadas, os autores conduzem a discussão no sentido de identificar diretrizes capazes de nortear as intervenções sobre o espaço urbano com vistas a sua qualificação.

E fechando esta edição, a resenha feita por José Luis Crespo-Fajardo do livro “La ordenación de la red vial. El cantón Cuenca”, publicado em 2016 pela editora da Universidade de Cuenca (Equador) pelo professor e atual reitor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Erique Flores Juca.

Ótima leitura e até 2020!

* Márcio Moraes Valença é Arquiteto e Urbanista, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

Editores: Márcio Moraes Valença (Editor Associado)*, Francisco Sales Trajano Filho, Tomás Antonio Moreira